



spn
INFORMAÇÃO



Alberto Pêssimo

em nome dos que choram
dos que sofrem
dos que acendem na noite o facho da
revolta

em nome dos que pedem em segredo
a esmola que os humilha e os destrói
e devoram as lágrimas e o medo
quando a fome lhes dói

em nome dos teus filhos que
esqueceste
filho de deus que nunca mais
nasceste
volta outra vez ao mundo

J.C. Ary dos Santos, *Kyrie* (adaptado)

spn
INFORMAÇÃO

Directora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redacção Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico e Capa Inês Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Nunca menos!

Passados 29 anos sobre a sua criação, o SPN inicia agora a comemoração do 30º aniversário com um programa que culminará em Novembro de 2012. Também por isso, a partir desta edição, evocaremos momentos importantes deste longo caminho de tristezas e de alegrias, de derrotas, mas também de vitórias, que é bom não esquecer nestes tempos sombrios, que não podemos enfrentar com resignação e desesperança. A história tem mostrado que todas as conquistas se fizeram com lutas difíceis e que quase nada está definitivamente ganho ou perdido.

Poucos dias depois da aprovação do OE para 2012 – o mais duro de sempre para os contribuintes e para os trabalhadores –, as agências de *rating* voltam a ameaçar a dívida portuguesa com o “lixo”. Uma “ingratidão” para um governo que tanto se tem esforçado por ser o “bom aluno” da receita neoliberal de resposta à crise: redução de salários, pensões, prestações sociais; retirada de direitos; privatizações; enfraquecimento do Estado Social.

Entretanto, e após sucessivos planos de austeridade, a economia nacional foi das que mais perdeu na UE, recuando pelo quarto trimestre consecutivo. Num país que ocupa já o último lugar entre os países da UE no que concerne à distribuição da riqueza, esta espiral recessiva alargará o fosso social, agravando o desemprego, as desigualdades e a pobreza.

Por outro lado, a Lei do Orçamento não pode fazer uma revisão constitucional encapotada, retirar direitos, liberdades e garantias ou intrometer-se em matérias que são da negociação colectiva. Vários juízes têm alertado para a ilegalidade e inconstitucionalidade de medidas como o confisco dos subsídios de férias e de Natal, lembrando que o património das pessoas só pode ser objecto de incorporação no património do Estado por via legal: imposto, nacionalização ou expropriação.

O OE para 2012 destina à Educação 3,8% do PIB, colocando Portugal no último lugar da Europa dos 27. O Ministério de Nuno Crato rendeu-se definitivamente ao Ministério das Finanças, deixando sobrepor a preocupações

de equidade e qualidade os ditames economicistas que têm como objectivo uma significativa redução do número de professores no sistema. Para isso contribuirão medidas como a criação de novos mega-agrupamentos, o encerramento de cursos e de instituições no Ensino Superior, alterações curriculares no Ensino Básico e, eventualmente, no Secundário. Têm vindo a lume notícias relacionadas com o fim de várias disciplinas, que o ministro não confirma nem desmente, mas que o OE estima venham a permitir reduzir a despesa em 102 milhões de euros. A Fenprof acaba de lançar um abaixo-assinado exigindo um amplo debate nacional em torno desta matéria e denunciando o impacto negativo desta forte contenção orçamental.

Solidários com as posições da Federação, o Comité Sindical Europeu de Educação/IE-Europa e um conjunto de organizações sindicais de outros países (Espanha, França, Grécia, Irlanda, Alemanha,...) têm feito chegar ao Presidente da República, primeiro-ministro e ministro da Educação e Ciência as suas preocupações face às medidas de austeridade impostas à Escola Pública.

Solidariedade que nos chega também da América Latina, nomeadamente do Brasil e da Argentina, países que resistiram ao neoliberalismo nos anos 90 e vivem hoje outra etapa: de alargamento de direitos e de participação na construção das políticas. Por estes dias, representantes dos sindicatos de professores de todos os países da região estão reunidos na Colômbia, para constituir o *Movimento Pedagógico Latino-Americano* – um projecto para aprofundar uma concepção de escola, de formação e de qualidade educativa que se afaste das políticas neoliberais.

Contrastando com o contexto regressivo que se vive na Europa (de direitos, mas também de participação cidadã e política), a consigna que os jovens argentinos repetem hoje nas ruas é *Nunca Menos!*

Deixemo-nos contagiar por este espírito positivo e entremos em 2012 renovando a esperança em dias mais luminosos!



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

manifestação

da Administração Pública

Milhares de educadores/professores de todas as regiões do país participaram na Manifestação Geral da Administração Pública (Lisboa, 12 de Novembro), em defesa do emprego e dos serviços públicos e contra o roubo nos salários, nos subsídios e nas pensões. A manifestação foi convocada conjuntamente pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, pela Frente Sindical da Administração Pública e pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.



Henrique Borges

A LUTA NÃO SE ESGOTOU NA **GREVE GERAL**



Henrique Borges

Combate às políticas de retrocesso social não pode parar

Não ao regresso ao trabalho forçado!



Henrique Borges

Realizada num contexto de enormíssimo sacrifício para os trabalhadores, a Greve Geral de 24 de Novembro, sob o lema “Contra a exploração e o empobrecimento”, constituiu não só uma afirmação de resistência, mas também um importante momento de protesto e denúncia. Os trabalhadores envolvidos – e foram muitos, muitos milhares – manifestaram de forma clara e inequívoca a sua firme oposição à política de desastre económico e social que o Governo está a impor ao país.

O nível de exigência de resposta à ofensiva contra os direitos de quem trabalha continua elevado. Assim, no momento em que persistem as tentativas para alterar a legislação laboral – em particular, o aumento do horário de trabalho, com reflexos evidentes no trabalho dos professores –, o esclarecimento e a mobilização para o combate a esta política de retrocesso social e civilizacional não pode parar. Tal facto obriga a juntar forças e vontades para preservar e melhorar a conquista histórica das 8 horas para trabalhar, 8 horas para a família, 8 horas para descansar e a semana de cinco dias de trabalho.

Faz todo o sentido lembrar aqui que a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adoptada em 28 de Junho de 1930, considera trabalho forçado ou obrigatório “todo o trabalho ou serviço exigido a um indivíduo sob ameaça de qualquer castigo e para o qual o dito indivíduo não se tenha oferecido de livre vontade” – a convenção entrou na ordem jurídica internacional em 1 de Maio de 1932, mas em Portugal tal só viria a acontecer a 26 de Junho de 1957. Face a este retrocesso civilizacional e social que querem impor-nos, torna-se indispensável a unidade de todos os trabalhadores, dos sectores público e privado, no esforço para salvar o país, a democracia e a dignidade do povo. A greve geral mostrou que a unidade é possível – e só em unidade é possível derrotar a direita neoliberal que desfigura o espírito e as conquistas de Abril. O sucesso da greve geral deve medir-se também pela sua demonstrada capacidade de unir.

Saudação do SPN aos professores

A Direcção do Sindicato dos Professores do Norte saúda todos os professores que juntaram a sua voz ao coro de protesto, determinação e luta, concretizando uma grande greve geral.

Muitas foram as escolas de toda a região fechadas ou em funcionamento irregular por força da adesão de professores e funcionários. Salienta-se, pelo seu significado, a alta percentagem de adesão registada no Ensino Superior, reveladora de que a política de terra queimada desenvolvida pelo actual Governo sobre este sector de ensino encontrará uma barreira esclarecida e corajosa nos professores que aí trabalham.

Ao saudar aqueles professores que tiveram a percepção da importância de mais este sacrifício pessoal, no contexto grave de subversão das suas condições de vida, mas também do seu estatuto socioprofissional e de dismantelamento da Escola Pública, a Direcção do SPN não deixa de lamentar que uma parte significativa da classe docente não se tenha mostrado disponível para colocar a resposta dos professores portugueses ao nível da brutal ofensiva com que estão confrontados. O discurso da inevitabilidade das soluções governativas presentes e futuras, como bem demonstra a proposta de Orçamento de Estado para 2012, ainda colhe alguma sustentação entre os professores, mas urge ser combatido e contrariado por cada vez mais trabalhadores que juntem a sua voz à de todos aqueles que já hoje apontam e exigem outros caminhos para a saída da crise que atravessamos. A luta nesse sentido passou pelo dia 24 de Novembro, mas não se esgotou aí. Prosseguirá e, seguramente, com o Sindicato dos Professores do Norte na primeira linha dos combates a travar.



Felizarda Barradas

DE PORTUGAL À GALIZA, AO PAÍS BASCO E... AO PAÍS DE GALES!

Sendo uma acção a nível nacional, a Greve Geral de 24 de Novembro constituiu um momento de combate europeu em favor da democracia e da Europa Social e contra as políticas de austeridade e de regressão social que conduzem inevitavelmente ao empobrecimento e à injustiça.

No dia 23, companheiros da Confederación Intersindical Galega (CIG) e da Eusko Langileen Alkartasuna (ELA, central sindical nacionalista basca) realizaram concentrações de apoio e solidariedade com a luta dos trabalhadores portugueses.

Em Vigo, uma delegação da CIG-Ensino foi recebida no consulado de Portugal, entregando uma carta onde é manifestado o “completo apoio a todas e cada unha das reivindicacións xustas, oportunas e necessárias; xustas, porque non se pode facer pagar a crise a quen non a provocou; oportunas, porque impedirán que continue o empobrecimento e a explotación; necesarias, porque só com elas se poderá sair da actual crise”. No País Basco, junto ao consulado português em Bilbao, mais de 200 trabalhadores da ELA distribuíram um comunicado manifestando também a sua solidariedade.

Também no País de Gales, durante um jogo de futebol entre o Bangor City FC e o Carmarthen, os adeptos do Bangor abriram uma faixa de solidariedade com a luta dos trabalhadores portugueses.



D. R.



D. R.

SPN recebeu sindicato de Benguela

A Direcção do Sindicato dos Professores do Norte recebeu durante alguns dias uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social de Benguela (Angola), com quem mantemos um protocolo de cooperação. A deslocação teve como objectivos a partilha de experiências, o contacto com outras formas de trabalhar no âmbito sindical e o conhecimento dos equipamentos escolares existentes, na perspectiva de propiciar uma amostra abrangente do que temos no Norte, desde o mais antigo ao mais recente. O programa definido, para além do trabalho no SPN, com dirigentes e técnicos, contemplou visitas a escolas, contacto com directores, professores e alunos, procurando dar uma panorâmica das várias escolas e visitar algumas que se destacam pela diferença: a Secundária de Rio Tinto, a Escola Básica de Matosinhos, a Secundária de Oliveira do Douro e o Centro Escolar de Mouriz (Paredes). As direcções das escolas receberam-nos de forma muito disponível e cordial, permitindo a todos um conhecimento mais aprofundado das novas realidades.



SPN / Porto

Professores aposentados

A “crise” não podia deixar de, mais uma vez, prejudicar os aposentados e reformados. Para um Governo com uma mentalidade limitada, nada era mais fácil do que lesar mais de um terço da população, que eles julgam ter na mão, por todo o seu dinheiro, quer na Caixa Geral de Aposentações, quer na Segurança Social, estar na mão do Estado, e que consideram pessoas vulneráveis pela sua idade, esquecendo-se do que lhes devem.

O corte no subsídio de Natal é só uma pequena parte de todos os malefícios que se preparam para aprovar: cortes nos benefícios sociais, nomeadamente na saúde (preparando cortes na ADSE e aumento das taxas hospitalares), nos transportes (acabando com os passes sociais para os idosos), aumentos no IRS e no IVA, impedindo a aquisição de bens essenciais...

Apesar deste contexto muito difícil e complexo, os professores e educadores aposentados mostraram com grandes plenários que realizaram nos dias 28 e 30 de Novembro que estão prontos para lutar contra esta situação, como já o fizeram no passado.

A Federação Nacional dos Professores vai realizar um grande encontro de aposentados no dia 9 de Fevereiro, onde encontraremos os nossos colegas de outros países também em crise (Grécia, Espanha e França), que nos mostrarão as suas realidades e poderemos programar iniciativas comuns com vista a defender a situação do aposentado.

A luta vai ser difícil, mas a vitória será nossa!

Galiza:

un curso escolar marcado polos recortes e pola forte resposta do profesorado

No remate do pasado curso o profesorado galego respostaba cunha grande manifestación en Compostela ás intencións da Consellería de Educación de iniciar setembro con novos recortes de persoal e de medios no sistema público de ensino, unha manifestación que foi só o prefacio a un curso escolar 2011-2012 marcado polo aprofundamento na política regresiva do goberno galego do Partido Popular, pero tamén por unha contundente resposta do profesorado.

No curso que andamos o sistema público de ensino non universitario na Galiza conta con aproximadamente 1000 profesores e profesoras menos pese a ter aumentando o alumnado, rachouse por parte do goberno galego un acordo asinado coas organizacións sindicais en 2007 modificando de xeito unilateral o horario lectivo e obrigando ao profesorado a asumir novas funcións como o coidado do alumnado que emprega transporte escolar, elimináronse 156 unidades escolares e 14 escolas unitarias no rural reducíndose ademais neste ano os orzamentos adicados ao ensino público mentres se subvencionan colexios privados con máis de 250 millóns de euros.

Estas medidas estiveron acompañadas dunha intensa campaña de intoxicación informativa á cidadanía e de desprestixio da función docente acusándonos de non querer traballar e ser insolidarios co conxunto da sociedade nun momento de crise como o actual, agochouse a realidade de que o horario laboral do profesorado é de 37,5 horas semanais igual que o de calquer outro traballador ou traballadora público, chegándose incluso a empregar a propia páxina web institucional da Consellería de Educación para publicar descalificacións contra o colectivo docente, algo que nunca acontecera na Galiza.

Diante desta situación o profesorado foi consciente de que estaban en perigo as nosas condicións de traballo e o futuro do sistema público de ensino, e apoiou masivamente un calendario unitario de mobilizacións con dúas folgas xerais no ensino, tres masivas manifestacións na capital de Galiza, dúas xornadas con accións simbólicas nos centros de ensino e concentracións nas principais comarcas do país coa participación ademais de país, nais e outros cidadáns conscientes de que o ataque ao ensino público é un ataque a un dos pilares da sociedade.



Os tempos que veñen precisarán manter a loita con firmeza

Rematamos a primeira xeira de mobilizacións o 25 de outubro cunha consulta convocada pola CIG-Ensino co apoio do sindicato FETE e desgrazadamente coa oposición de outras organizacións sindicais; unha consulta realizada en 863 centros de ensino e na que participou o 73% do profesorado galego; ese día o profesorado respostou a catro preguntas en votación secreta dando un resultado conxunto dun 96,37% de rexeitamento á política educativa do goberno galego.

Somos conscientes de que non demos paralisado a política educativa do goberno da Galiza, unha política que como anunciou Mariano Rajoy van tomar de exemplo para aplicar no conxunto do estado español; pero estamos certos que o traballo feito até agora e as masivas mobilizacións realizadas na Galiza, permítennos encarar a nova xeira na que o colectivo de profesores e profesoras da nosa nación ten un maior nivel de concienciación e de orgullo de ser docente fronte ao mal ambiente que se percibía nos centros de ensino hai seis meses cando moitos compañeiros e compañeiras tiñan medo e non querían mobilizarse ao estaren influídos por uns medios de comunicación que só respostan aos intereses do sistema e trasmiten a idea de que “profesores e profesoras somos uns privilexiados” e que fronte á actual situación de crise global non se pode facer nada pois “todos somos corresponsábeis” da mesma por “vivirmos todos estes anos moi por enriba das nosas posibilidades”.

O labor sindical ademais de dar resposta aos problemas do momento tamén debe servir para sementar, os tempos que veñen precisarán manter a loita con firmeza na defensa do ensino público galego e dos nosos dereitos como parte que somos da clase traballadora.

José Duarte Correa Piñero
Confederación Intersindical Galega



D. R.

Fenprof representada por Manuela Mendonça

Educação pública em debate na Argentina



No dia 24 de Novembro, decorreu em Buenos Aires um Fórum Internacional sobre Educação Pública de Qualidade no Cenário Mundial, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Buenos Aires (SUTEBA) – o maior sindicato da Confederação dos Trabalhadores de Educação da República Argentina (CTERA).

Integrado nas comemorações dos 25 anos do SUTEBA, o fórum funcionou em três painéis, com convidados internacionais que abordaram o tema perante os mais de mil docentes que encheram o auditório.

No primeiro painel, “Educação Pública de Qualidade, Desafios e Perspectivas para as Organizações de Trabalhadores da Educação”, entrevistaram Stella Maldonado (secretária-geral da CTERA), Hugo Yasky (secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores da Argentina), Roberto Baradel (secretário-geral do SUTEBA) e Susan Hopgood (presidente da Internacional da Educação).

O segundo painel, “A Educação Pública no Contexto de Crise Económica Mundial”, foi constituído por representantes de organizações sindicais da Austrália, Espanha, Grécia e de Portugal (Manuela Mendonça, coordenadora do SPN, em representação da Fenprof), que abordaram as problemáticas nacionais específicas que se apresentam no sector da educação pública no contexto da crise económica.

No último painel, “Políticas Neoliberais em Educação: Situação na América Latina”, representantes do Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala e Peru debateram as políticas educativas implementadas pelos governos da região.

Dada a riqueza e diversidade das intervenções produzidas no Fórum, a SPN-INFORMAÇÃO abordará esta temática a partir desta edição, com a transcrição de excertos da intervenção da secretária-geral da CTERA.

Stella Maldonado: *“Cuando nosotros hablamos de educación, hablamos de educación integral”*

En nuestra propia tradición, la de la CTERA, no somos simplemente un sindicato que se ocupa de reclamar por salarios y condiciones materiales para el desarrollo de la tarea, somos un sindicato que se ocupa de que se garantice el derecho social a la educación y que esa educación esté conectada con la emancipación de nuestro pueblo.

Hoy podemos decir sin ninguna modestia que la CTERA jugó un papel fundamental en la resistencia a las políticas neoliberales en nuestro país. No solamente a las políticas educativas, sino al conjunto de las políticas del neo conservadurismo en el mundo y su expresión en la Argentina. Además, con esa resistencia con un conjunto muy amplio de otras organizaciones de trabajadores y todo tipo de organizaciones que se gestaron en esos tiempos de resistencia, fuimos capaces por un lado de impedir que avanzaran las reformas de segunda generación: no hay municipalización de las escuelas en la Argentina porque CTERA y cada una de sus organizaciones de base lucharon para que esto no sucediera. Pero simultáneamente, además, en el camino en el que íbamos haciendo la resistencia, íbamos construyendo un enorme laboratorio de ideas y de acción, es decir de praxis, las propuestas alternativas que, gracias a la acción de la resistencia logramos que hubiera un cambio de etapa política en nuestro país acompañado de los cambios políticos que se estaban produciendo en la mayor parte de nuestra América Latina, tuvimos a mano las propuestas para ofrecer al gobierno emergente de qué era lo que nosotros queríamos para nuestra educación y tuvimos el eco en el presidente Kirchner en aquel momento y en su Ministro de Educación, Daniel Filmus, que nos permitió avanzar con nuestra Ley de Financiamiento y con nuestra nueva Ley de Educación, con lo cual empezábamos a dar vuelta la página de las políticas neoliberales en nuestra patria.

Leyes que son muy recientes, apenas empezamos a ver sus resultados, apenas hace cuatro años que en nuestro país hay escuelas secundarias obligatorias y hay algunos que están muy apresurados pidiendo resultados y exigiendo excelencia y calidad pensada no en nuestro términos de educación integral, sino en términos eficientistas y meritocráticos, y en realidad una calidad, todavía, para los grandes grupos concentrados de capital y sus representantes que son los monopolios informativos (los medios de comunicación), la calidad está vinculada a la empleabilidad, en realidad de eso hablan ellos cuando hablan de calidad. No hablan de lo mismo que hablamos nosotros. Todos estos conceptos están puestos en tensión: educación, calidad, evaluación.

Cuando nosotros hablamos de educación, hablamos de educación integral, hablamos de intensificar al máximo las capacidades de los sujetos para el desarrollo de las prácticas sociales de todo tipo: las científicas, las deportivas, las artísticas, las sociales, las culturales, es decir, todo lo que va a ser un sujeto activo, un sujeto pleno de derechos para la intervención político y social. De eso hablamos nosotros cuando hablamos de educación. Y por supuesto, si pensamos en una educación de calidad es aquella que garantice que todos y todas nuestros niños, niñas, adolescentes, jóvenes y adultos estén en las escuelas en los circuitos formales y no formales de educación logrando que se produzca esa intensificación de sus capacidades para las prácticas sociales. (...)



Ana Alvim

Nuestras luchas se transformaron en políticas públicas

Nosotros, en nuestro país, por las condiciones de nuestro desarrollo histórico donde vivimos dos catástrofes superpuestas que fueron la dictadura militar y el genocidio y las políticas de los '90 que destruyeron el Estado, la industria y la cultura del trabajo. Por lo tanto, nuestras instituciones escolares están seriamente atravesadas por los efectos de esas dos catástrofes sumadas, de modo tal que necesitamos mucho más de lo que necesitábamos algunas décadas atrás para poder enseñar en nuestras escuelas. Y nosotros sabemos de que se trata porque estamos ahí, porque estuvimos siempre ahí. Estuvimos cuando resistíamos a la dictadura y había compañeros que usaban libros clandestinamente porque estaban prohibidos o tenían cuadernos también clandestinos porque enseñaban cosas que la dictadura había prohibido. Estuvimos en los peores momentos de la crisis cuando nuestros chicos se desmayaban de hambre y las escuelas se habían convertido casi en campos de refugiados para sostener la crisis. Y de todas maneras seguimos estando, sabemos de qué se trata y tenemos mucho para aportar en ámbitos de concertación para que podamos definir políticas de acompañamiento de la enseñanza en estas particulares condiciones en que estamos viviendo en nuestro país.

Nosotros creemos que indudablemente, y nos toca para algunos de nosotros que ya tenemos un montón de años, como una especie de privilegio de poder estar todavía acá todos juntos militando en nuestras organizaciones, en las escuelas y en todos los ámbitos sociales en los que militamos, habiendo pasado por todo aquello y pudiendo hoy estar recogiendo los frutos de lo que significó nuestra lucha transformada hoy en políticas públicas. Yo lo pienso de esa manera, es decir, nuestras luchas, hoy se transformaron en políticas públicas. Estas políticas que celebramos, y por supuesto, queremos consolidar, que por supuesto queremos que se profundicen, pero que también por supuesto queremos ser parte de su diseño, de su definición, de su implementación y de su evaluación para poder entonces analizando, sistematizando y teorizando sobre el conocimiento que produjo nuestro trabajo proponer las alternativas que signifiquen sostener las políticas que se han llevado a cabo, profundizarlas y avanzar mucho más aún en que efectivamente una educación de calidad sea un derecho universal para todos nuestros niños, niñas, adolescentes y jóvenes.



Ana Alvim

CGTP realiza congresso em Janeiro

A situação económica, social e política, nacional e internacional, que vivemos hoje em dia, provocada directamente pelas políticas neoliberais e agravada pela crise económica e financeira, configura o quadro em se vai realizar, nos dias 27 e 28 de Janeiro de 2012, o 12º Congresso da CGTP-IN, sob o lema "Portugal Desenvolvido e Soberano, Trabalho com Direitos".



A necessidade de encontrar caminhos e soluções para os problemas com que o país se confronta, que se reflectem directamente nas condições de vida e de trabalho e que tornam este momento particularmente difícil, faz com que realização deste congresso da Intersindical assumam uma particular importância.

A pobreza, a marginalização, o desemprego e a instabilidade constituem traços de uma "ordem política" neoliberal assente em critérios de competitividade que os Estados, ao invés de procurarem ultrapassar, tentam fazer aceitar sob a capa de política social.

A este movimento, superiormente planificado, assente na concertação dos poderes políticos e económicos transnacionais, urge contrapor um outro movimento, assente em organizações poderosas e com capacidade de intervenção, capazes de colocar no campo de acção política outros valores e outras propostas de organização social, fomentadoras da participação democrática dos cidadãos, dando-lhes voz e abrindo caminhos de respeito pela pessoa humana em todos os domínios da sua existência. É aqui que os sindicatos – organizações solidárias por excelência – mostram a sua razão de ser e afirmam o seu espaço privile-

giado de intervenção. Apresentam-se, pois, novos e importantes desafios ao movimento sindical, que deverá abandonar quer as posturas defensivas de cedência ao discurso da inevitabilidade, quer a tentação pela "confrontação", mas assumindo sempre uma atitude combativa e propositiva. O tempo que vivemos é de grande exigência e responsabilidade. É o tempo dos sindicatos.

O Sindicato dos Professores do Norte, enquanto filiado na CGTP-IN e consciente dos desafios que se colocam à sociedade e ao próprio movimento sindical, irá participar neste importante congresso, procurando dar o seu contributo para o Programa de Acção que vier a ser aprovado. Se é certo que o futuro não depende apenas dos sindicatos, é igualmente certo que o reforço do movimento sindical é imprescindível para que possamos aspirar a uma vida melhor e a uma sociedade mais justa e solidária.

O SPN cumprirá a sua parte!

Quando e como nasceu o SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE



Apenas quatro dias após a realização da Assembleia Constituinte, a Comissão Directiva que tinha sido eleita emitiu o seu primeiro comunicado, cujo teor, pela sua importância, se transcreve na íntegra:

“1. A Comissão Directiva do Sindicato dos Professores do Norte eleita pela quase totalidade dos professores participantes na sua Assembleia Constituinte, regozija-se pela forma como os professores participaram na votação dos dias 17 e 18 de Novembro. Conforme os dados já tornados públicos, votaram cerca de 5000 professores (neste momento foram já contados 4973 votos, desconhecendo-se ainda os resultados referentes a duas mesas), dos quais 88% se pronunciaram afirmativamente pela constituição do seu Sindicato. Os resultados obtidos são a afirmação determinada e consciente dos professores do Norte, do regresso ao diálogo e convívio plural e das normas democráticas na actividade sindical docente.

2. A Comissão Directiva do S.P.N. considera oportuno tecer alguns comentários a propósito dos resultados da Assembleia Constituinte do S.P.N.:

- Os resultados confirmam a legitimidade da constituição do Sindicato dos Professores do Norte e a desagregação do S.P.Z.N., cujo grupo dirigente foi eleito num processo eivado de profundas e graves irregularidades, em 30 de Junho, com 3198 votos;

- A forma como os professores do Norte rejeitaram o apelo da Direcção do S.P.Z.N. à não participação na votação dos dias 17 e 18, põe em evidência o descrédito e isolamento do S.P.Z.N. e a sua falência como órgão representativo da classe.

3. O Sindicato dos Professores do Norte nasce assim como expressão legítima de um movimento sindical docente vigoroso e combativo que, de há muito ansiado pelos professores, agora encontra a estrutura que, o corporizando, irá empenhar-se activamente na resolução dos graves problemas que hoje se colocam ao exercício da nossa profissão e aos direitos da classe.

4. A Comissão Directiva do S.P.N. manifesta a sua profunda confiança na participação plena dos professores na vida sindical e exorta os colegas a intervir, desde já, activamente alargando o caminho da Unidade que legitima a acção sindical.

5. A implantação do S.P.N. e reanimação da vida sindical nas escolas, promovendo uma grande Campanha de Sindicalização no S.P.N. e eleição de delegados sindicais e

- o reajustamento salarial
 - a melhoria das condições de trabalho e de qualidade do ensino
 - a iniciação dos preparativos para a realização do congresso dos professores do norte;
- são pontos programáticos da acção sindical dos professores e do seu sindicato no Norte – o Sindicato dos Professores do Norte.”

ANTES... Na edição de 13 de Novembro de 1982, o Jornal de Notícias publicava uma notícia com bastante destaque, sob o título *Docentes do Norte vão às urnas para constituir novo sindicato*, onde se lia: “Realiza-se nas quarta e quinta-feira da próxima semana a Assembleia Constituinte do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), a qual elegerá a sua Comissão Directiva e aprovará os Estatutos. Ao acto concorre uma lista que, com ligeiras diferenças, se identifica com a lista B que concorreu às últimas eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Zona Norte e que constituiu, na sequência disso, a assim chamada Comissão de Professores para a Defesa da Democracia nas Escolas”.

E mais à frente, no corpo da notícia: “A Assembleia Constituinte surge no seguimento de um grande número de sessões de esclarecimento nas escolas dos distritos nortenhos, as quais, no dizer dos organizadores, contaram com boa participação, o que faz prever «uma elevada percentagem de participações»”. Uns dias antes, também O Comércio do Porto tinha publicado uma notícia no mesmo sentido, que começava assim:

“Professores do Norte, reunidos na noite de anteontem na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, decidiram avançar para a constituição de um novo sindicato – o Sindicato dos Professores do Norte – marcando a Assembleia Constituinte para os próximos dias 17 e 18 de Novembro, em locais e segundo normas a estabelecer.

Na reunião participaram centenas de professores que encheram o anfiteatro daquele estabelecimento de ensino, transbordando para os corredores, e que debateram a situação de completa degradação a que chegou a estrutura sindical existente – o Sindicato dos Professores da Zona Norte”.

A notícia fechava dando conta de que “as centenas de professores presentes elegeram ainda uma comissão instaladora, composta por docentes de escolas dos vários graus de ensino e representativa de todos os distritos do Norte”.

... E DEPOIS. Já depois da realização da Assembleia Constituinte, o Jornal de Notícias noticiava (20.11.1982): *Uma nova realidade na Zona Norte – sindicato dos professores teve votação significativa*, que começava desta forma: “Cerca de cinco mil professores participaram na Assembleia Constituinte do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) que teve lugar quarta e quinta-feiras, tendo 86% dos votantes dado o seu sim à nova organização sindical”.

Também O Primeiro de Janeiro e O Comércio do Porto fizeram referência ao acto. Neste último, sob o título *De oposição ao actual SPZN – resultados das eleições legitimam Sindicato dos Professores do Norte*, escrevia-se: “A legitimidade e representatividade do novo organismo parece comprovada pelos números adiantados para as eleições constitutivas, se nos recordarmos que na segunda volta das eleições do SPZN teriam votado 3193 professores, aparecendo agora 5000 a participar no que para uns é um sindicato paralelo, com as conotações atinentes, e para outros é «o Sindicato», representando estes a esmagadora maioria”.

E mais adiante: “O novo Sindicato dos Professores do Norte propõe-se retomar nas escolas a vida sindical, para permitir a definição de carreiras profissionais, para pugnar pela qualidade de ensino, para, inclusive, repor a legalidade e a liberdade sindical em defesa dos direitos dos professores, de forma a preencher o «vazio» criado pela actuação do SPZN”.

Início da actividade

A Comissão Directiva iniciou a sua actividade de imediato, nomeadamente ao nível da organização interna e do apetrechamento da primeira sede (Rua António Carneiro, no Porto). Não surpreende, assim, que o Jornal de Notícias de 3 de Dezembro de 1982 desse conta desse início de actividades e, significativamente, referisse que no dia anterior uma equipa de dirigentes do SPN tinha entregado ao ministro da época (Fraústio da Silva, de visita ao Porto) um memorando onde se descreviam em pormenor as reivindicações dos professores:

“O SPN manifestou, nesse documento, «o seu desacordo pela forma como a actual equipa ministerial tem conduzido a política educativa» e exigiu a abertura de um diálogo autêntico com os sindicatos, «que afaste, de uma vez por todas, a política do facto consumado». Finalmente, a nova organização sublinhou ao ministro que o SPN é uma voz que, doravante, o poder terá que ter em consideração aquando da discussão dos problemas respeitantes aos professores”.

Assim se começou a fazer do SPN *uma força que conta...*

DIRECÇÃO DISTRIITAL DE BRAGA

A acção da Direcção Distrital do SPN abrange uma área coberta por três delegações: Braga, Guimarães e Famalicão. Ao todo, 104 agrupamentos de escolas, distribuídos por uma região de 14 concelhos com realidades socioeconómicas diversas, e com muitos quilómetros a separá-los. O objectivo principal: conseguir chegar a todos, ouvir os professores e educadores, conhecer as escolas. Resumindo, esclarecer e mobilizar num contexto difícil para todos e muito exigente no que respeita à actividade sindical. É neste quadro de complexidade(s) que temos de pensar e agir. Através de reuniões de escola e da actualização de todos os placares sindicais sempre que existem iniciativas de maior dimensão; do envio constante de informação aos sócios, via e-mail; do atendimento diário nas três delegações; da promoção e participação em iniciativas a nível local, regional e nacional. O apoio aos sócios a nível do contencioso é uma das principais preocupações. Actualmente, mais de 150 processos relativos a não pagamento da compensação por caducidade deram entrada nas três delegações e estão a ser acompanhados pelo advogado.

Muitos desafios para uma distrital que, com a aprovação de uma Lei Sindical que visou dificultar a acção dos sindicatos, viu serem diminuídos significativamente os recursos humanos disponíveis. Uma certeza, porém, move a Direcção Distrital do SPN/Braga: procurar desenvolver o melhor trabalho com o objectivo de responder às necessidades dos docentes e da Escola Pública.

Alteração da rede escolar no distrito

De acordo com documento do Ministério da Educação produzido pelo governo anterior, respeitante à política educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico no triénio 2005-2008, “em 2005/06, um estudo confirmou que os alunos nas escolas pequenas não obtinham tão bons resultados como os alunos nas escolas maiores”.

Com a assunção, pelo poder político, de que tal conclusão é verdadeira, verificou-se que nos últimos anos a rede de escolas tem vindo a diminuir, num processo contínuo de encerramento.

Licínio Lima, comentando aquela afirmação, ironizou, dizendo que “este foi o contributo português para as teorias pedagógicas do mundo: em escolas pequenas não se aprende”.

Como é do conhecimento geral, e de acordo com dados oficiais publicados pelo Gabinete de Estatística e Planeamento em Educação (GEPE), ao longo de um período de quatro anos foi no Norte que se procedeu ao encerramento do maior número de escolas.

Num processo de criação de novas centralidades e concentração da rede escolar, e à semelhança do que aconteceu no resto do país, Braga é hoje um distrito “povoado” por centros escolares: Naia, Maximinos, Lamações, Vale do Cávado, Pevidém, Vale do Homem, Terras de Bouro, Vila Verde, Refojos de Basto, Arco de Baúlhe, Póvoa de Lanhoso, Monsul, ...

Em projecto e em fase de construção estão outros. Referimo-nos aqui aos de Moure e Prado, ambos no concelho de Vila Verde.

O Centro Escolar de Moure encontra-se em fase adiantada de construção. No entanto, tal não impediu o secretário de Estado João Casanova de, no passado dia 24 de Outubro, ali se deslocar para proceder ao lançamento da primeira pedra – que assim deve ter ficado colocada no primeiro andar do edifício...

Um centro escolar com capacidade para 10 salas de aulas, todas elas destinadas ao 1º CEB, e que albergará, ao que tudo indica, os alunos da maior parte das escolas do Agrupamento de Escolas de Moure, com a conseqüente diminuição de horários de docentes, que se poderá traduzir na redução de quatro ou mais horários já no próximo ano lectivo, engrossando a já grande lista de docentes obrigados a candidatar-se a destacamento por ausência da componente lectiva. Quanto às crianças, passarão a deslocar-se até um raio de 4km em transportes assegurados pela autarquia.

No que respeita ao Centro Escolar de Prado, a construção ainda se encontra em fase inicial. Não por falta de vontade no início das obras, mas por complicações decorrentes da empresa que iniciara a obra e que conduziram a que este futuro centro escolar, que se prevê esteja concluído em Setembro de 2012, ainda não tenha sequer à vista a infra-estrutura.

O investimento em novos equipamentos

A questão relativa a equipamentos é a imagem clara do erro das políticas educativas que têm vindo a ser assumidas, e a área coberta pela Direcção Distrital de Braga não é excepção. A público vêm situações que chocam pela demonstração clara da ausência de uma correcta avaliação das necessidades e do desrespeito pelas populações.

No que respeita à Parque Escolar e à requalificação das escolas secundárias, o que se verifica, salvo algumas excepções, é que as mega-construções são desajustadas e desproporcionais: espaços comuns amplos, mas, em contrapartida, casas-de-banho exíguas; salas de aula com capacidade não superior a 24 alunos para turmas de 28 ou mais; obras concluídas com materiais excessivamente dispendiosos, que não reflectem necessariamente qualidade nem garantia de execução.

Escola Secundária Camilo Castelo Branco (Famalicão): quando chovia, as salas de apoio no piso do meio enchiam-se de água, fruto de infiltrações, ao ponto de levar ao desabamento de um dos tectos, situação que originou uma demorada intervenção.

Escola Secundária D. Maria II (Braga): destruiu-se um auditório com pouco mais de dois anos, porque o projecto de requalificação não previa o auditório naquela zona, mas noutra.

Escola Secundária Carlos Amarante (Braga): veio a público o desabamento de tecto num corredor, já depois do início das aulas.

Mas outros problemas existem com outro tipo de equipamentos.

Foi ainda notícia: JI/EB1 de Minhotães (Barcelos) encerrada. Escola nova, pouco tempo teve de vida. E ainda recentemente veio a público a situação do Jardim-de-Infância de Macieira, também em Barcelos: concluído há dois anos, ainda não funcionou porque alguém se lembrou de autorizar a sua construção em zona agrícola, mais concretamente no meio de um campo destinado ao cultivo do milho, e sem prever a construção dos respectivos acessos.



José Faria

O distrito e os mega-agrupamentos

O distrito tem quatro mega-agrupamentos: Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Maximinos e Terras de Bouro. O primeiro levou à mobilização de toda a comunidade educativa com o objectivo de contestar a solução encontrada para escolas, até então sedes de agrupamento, que distam entre si entre 30 a 35 Km: Gandarela, Mota e Celorico de Basto.

A Direcção Distrital acompanhou, e irá continuar a acompanhar de perto esta luta contra uma situação que penaliza os alunos, as populações e as escolas envolvidas, retirando-lhes identidade e contribuindo para o aumento da indisciplina.

A agregação de agrupamentos levou também à extinção, em média, de 25 horários de pessoal docente, e ao afastamento de muitos daquele que era o seu local de trabalho. Com horário distribuído por mais do que uma escola, os professores passaram a ter a sua vida profissional estilhaçada, numa lógica que prejudica claramente a actividade pedagógica.



Escola Profissional: que futuro?

A Escola Profissional de Braga (EPB), anteriormente pertença da Câmara Municipal de Braga (CMB), que detinha praticamente 100% das acções, foi vendida a uma empresa sediada em Lisboa por metade do preço inicialmente exigido pela autarquia.

Manter a sede e o objecto social durante o prazo de 10 anos é o que consta na Certidão Comercial da EPB de 15 de Setembro de 2011.

Este processo foi acompanhado pela Direcção Distrital do SPN, que promoveu reuniões com o pessoal docente, tendo uma delas contado com a presença da coordenadora nacional do Ensino Particular e Cooperativo na Fenprof, Anabela Sotaia, e pela advogada do SPN, Maria João Silva. O SPN solicitou à CMB toda a documentação relativa ao processo de venda para poder analisar o caderno de encargos e assim poder avaliar as alterações e a nova situação dos trabalhadores.

Em Julho de 2011, a nova direcção da escola comunicou a todos os funcionários e professores contratados a prazo a não renovação dos respectivos contratos, os quais, para a maioria, vigoravam há cerca de dois anos.

Seguiu-se então um processo de contactos por parte da entidade patronal com os professores do quadro da EPB, traduzidos em reuniões individuais, nas quais lhes teria sido proposta uma redução salarial semelhante à que aconteceu no sector público. Os mais resistentes tiveram “direito” a três ou quatro reuniões com duração média de 3 a 4 horas, com o objectivo claro de convencer pela exaustão e pela intimidação e levar à aceitação dos cortes salariais.

A generalidade dos docentes optou pela aceitação. Saudamos aqui aqueles que, reagindo, impuseram outra solução à direcção da EPB.

CATARSE

Quando tocou, saltaram das cadeiras num abraço em cacho, que me projetou contra a parede. Já tinha entregue as chaves do cacifo e o computador da equipa PTE que integrei desde início. Saí de cena.



Ana Alvim

Hoje, 4 de novembro de 2011, é o meu terceiro dia como aposentada. Acordei à hora habitual e lembrei-me que, pelo menos hoje, os meus alunos não teriam tantas substituições; a sexta-feira era o único dia em que não tinham aulas comigo.

Até à última semana tinha com eles: 6 tempos de Língua Portuguesa, 3 de Língua Inglesa, 2 de Atividades de Apoio ao Estudo, 1 de Formação Cívica, 1 de Oficina de Leitura e Escrita e 2 de apoio a Língua Inglesa. Muitas horas, ao longo de um ano e dois meses... Uma ligação profunda interrompida abruptamente. Sinto-lhes a falta e, de acordo com alguns e-mails recebidos, eles também sentem a minha, mesmo os mais complicados.

Então por que saí? Limite de idade? Incapacidade física comprovada? Reforma compulsiva?

Nada disso. Fui mesmo eu que pedi a aposentação antecipada. Tenho 57 anos e meio, 36 anos de serviço efetivo, todos na escola pública, sem licenças nem destacamentos. Saí com 24% de penalização e com a noção clara de que ainda tinha muito para dar à profissão que segui por vocação, a que me dediquei em regime de exclusividade, seguindo o lema "I'm a teacher, I touch the future!" [Sou professora, toco o futuro!].

Então o que me levou a pedir a aposentação em Dezembro último? É preciso recuar uns anos, lembrar o ano em que começaram a transformar a profissão docente numa doença terminal.

Em 2005, cheguei de férias em setembro e tomei o primeiro contato com as grandes reformas da então ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues. Surgiram as famosas OTE (ocupação de tempos escolares), acabaram os chamados "feriados" e os meninos deixaram de poder libertar energias nos recreios quando um professor faltava e passaram a ficar na sala com outro professor, a fazer...

Eu, que nunca tinha problemas disciplinares (a partir de outubro de cada ano letivo estavam sempre resolvidos), passei por algumas situações bem desagradáveis. O mais curioso é que, lá no pequeno mundo onde me movia, quem faltava muito continuou e continua a fazê-lo, quem não faltava começou a ficar exausto e a adoecer. Infelizmente, são vários os colegas que se encontram afastados por doença, principalmente a partir do ano passado. Até concordo com as OTE, mas com professores específicos, com tarefas próprias e a crise não deixa...

Depois vieram mais pérolas: o Estatuto do Aluno com as célebres provas de recuperação (os atuais Planos Individuais de Trabalho também não são muito diferentes), as alterações ao Estatuto da Carreira Docente e a Avaliação de Desempenho Docente.

Divulgou-se a mentira da ausência de avaliação e da progressão automática. Estávamos em 2007: exigiam a definição de objetivos individuais e eu defini apenas um – chegar à aposentação em pleno uso das minhas faculdades mentais. Não entreguei os ditos objetivos individuais, fui notificada por incumprimento. Até foi interessante. Nessa altura ainda sentia fôlego para estas lutas e até me davam algum gozo. Maior ainda foi o que me deu ver que as ameaças deram em nada, como seria de esperar.

Em 2008, criaram-se os professores titulares. Eu que sempre quis ser apenas professora, uma professora significativa, mas nada mais do que isso, tornei-me titular. A escola partiu-se completamente. Ainda por cima, o mundo burocrático desabou sobre os ditos titulares. Sempre desempenhei cargos, não existe no meu registo biográfico um ano em que tivesse apenas dado aulas, mas ter de desempenhar dois e três cargos por ser titular e ter a redução máxima do art.º 79.º era muito pesado. Existiam muitos formulários, muitas siglas, muitas reuniões; escasseava o tempo para fazer o importante, para preparar aulas a sério e não de memória, para fazer avaliação diferenciada ou remediação ativa. Comecei a sentir-me deprimida. Não me deixavam cumprir a meu gosto o conteúdo funcional da minha profissão.



Ainda por cima os titulares eram prisioneiros, não podiam concorrer, eram “propriedade” dos quadros dos respetivos agrupamentos. Vi colegas serem ultrapassados por outros com menores qualificações. Conheço alguns que continuam a fazer muitos quilómetros por dia graças a serem titulares.

Depois chegou a Dr.ª Isabel Alçada e pensei que as coisas podiam melhorar. Puro engano. Escreveu uma aventura suicida, envolta em sorrisos e mensagens pueris, como aquela de votos de bom ano letivo, que passou em todos os blogues. O novo modelo da Avaliação de Desempenho Docente, a reformulação do Estatuto do Aluno com os tais PIT, a requalificação das escolas que deixou ao país uma dívida incomensurável (para não falar das dificuldades das ditas para pagarem a conta da luz e outras) e, finalmente, a reorganização da rede com a criação dos mega-agrupamentos.

Em setembro de 2009, regressei de férias com a sensação de não ter reposto as energias, como já vinha sucedendo desde 2006. Mal entrei, informaram-me que tinha de ir apresentar-me noutra escola, a escola-sede do mega-agrupamento. Fiquei siderada. Então nós éramos agrupamento TEIP e agora íamos ficar na dependência de uma escola secundária sem a mínima experiência do que é ser agrupamento, até porque as secundárias eram não agrupadas? A resposta foi afirmativa.

Ainda em choque, dirigi-me à nova Direção. Fui muito bem recebida. Na reunião geral ouvi falar de

uma fusão não desejada, de um processo doloroso que teríamos de digerir, encarar como um desafio e transformar num caso de sucesso. A economia manda! Vamos a isso!

Ah, mas esta não era a única novidade: em 2009/10 eu seria Diretora de Turma, Coordenadora dos Diretores de Turma do 2.º Ciclo, Gestora de Disciplina e Professora Relatora. Por último seria professora das áreas já referidas.

A função de Relatora era a que mais me custava. Tentei escusar-me. Nada feito. Em nome da senioridade, de acordo com os critérios legais, tinha mesmo de ser eu.

Em dezembro deixei de ser Gestora de Disciplina, pois finalmente perceberam que a minha redução estava há muito ultrapassada. O resto continuou igual. Reuniões infundáveis, deslocações quase diárias entre escolas, às vezes três idas e vindas por dia. As reuniões de avaliação seriam também na escola-sede, pois o programa informático estava lá sediado (onde mais poderia estar?). Lá iríamos com os dossiers, todos ao monte a lançar níveis, faltas e observações. Isto não estava a acontecer!

Mas ainda aconteceu pior. A escola onde trabalhei desde 1987/88 tinha uma boa avaliação externa, estava cotada como das melhores a nível nacional, nos famosos *rankings* aparecia colocada bem acima das que não eram Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. Tudo isto era fruto de muito, muito trabalho. Mas afinal comecei a ouvir que era tudo engano. Expressões veladas anunciavam que não era assim, frases em que ninguém era nomeado (por razões éticas, dizia-se) afirmavam que a escola era um monte de dívidas e compadrios. Até a um sindicato chegaram estas informações.

Foi talvez a gota de água. Comecei a ter perturbações de sono, dores de cabeça inexplicáveis, perdas de memória (até do local onde estacionara o carro, ou, durante a noite, onde era a minha própria casa de banho, num T2 minúsculo). O médico avisou-me do perigo que corria, aumentou-me a medicação, quis que ficasse em casa. Não obedeci ao último conselho. Em vez disso, entreguei o meu pedido de aposentação antecipada em dezembro. Calculava sair em julho/agosto, de acordo com os prazos previstos.

Até ao fim do ano letivo desenvolvi todas as funções com o máximo profissionalismo, mas sem nunca me submeter às fações que se foram criando, sem me calar sobre a paulatina destruição de tudo o que estava construído e fora avaliado positivamente, para ser substituído pelo que se considera agora um bom trabalho e não passa de um conjunto de números, grelhas, estatísticas e documentos.

A minha escola descaracterizou-se completamente: os Serviços Administrativos estão desertos, as assistentes operacionais são deslocadas conforme as “necessidades”, ainda não há mediador/a social, os concursos arrastam-se, o número de professores ausentes continua alto... Senti e sinto o mega-agrupamento como

uma anexação hitleriana. Conheci pessoas admiráveis, é certo, mas perdeu-se a articulação que existia dentro da própria escola; com o primeiro ciclo nem se fala.

A 10 de outubro, chegou a comunicação oficial da minha aposentação. Trabalhei conforme o previsto até ao fim do mês, fiz os primeiros testes, a reunião intercalar do Conselho de Turma, o preenchimento das 44 páginas de dados para estatística do modelo de Projeto Curricular de Turma, orientei as planificações da disciplina de Inglês e a grelha de propostas para o Plano Anual de Atividades do Agrupamento e a primeira grande atividade: um concurso de chapéus para celebrar o Halloween. Tudo direitinho.

No dia 31, entreguei os prémios do referido concurso, sorridente e vestida a preceito. Consegui sustar as lágrimas na minha última aula, cantando “Ghostbusters” com os meus alunos.

Quando tocou, saltaram das cadeiras num abraço em cacho, que me projetou contra a parede, fizeram-me prometer que os iria visitar. Passei o bloco à colega de História e Geografia de Portugal, pedindo-lhes que se concentrassem, pois até iam ter teste na aula seguinte.

Já tinha entregue as chaves do cacifo e o computador da equipa PTE que integrei desde início. Saí de cena. Não irei para o ensino privado, fui sempre escola pública. Não irei ocupar vagas ou postos de trabalho nesta ou noutra qualquer profissão, muito menos numa altura destas. Além disso, eu só sei educar e ensinar. Encontrarei uma ocupação válida. Partirei para uma coisa nova, ainda não sei bem o quê. Empurraram-me para a aposentação, que a paguem muitos anos.

Mª Amélia R. Vieira
Sócia SPN nº 7621

Texto escrito no respeito pela grafia introduzida pelo Novo Acordo Ortográfico

“Essa Europa, enfim rejuvenescida, seria a da pluralidade de culturas, a desejada Europa sem centro, uma Europa não de clientes, mas de cidadãos, ou, mais simplesmente, uma Europa de pessoas. Sem excepções que matam nem hegemonias que assassinaam – o que pressuporia, provavelmente, a necessidade de um entendimento também novo da Democracia. Mas isto já seria tema para outra conversa...”

José Saramago (1999)

Direito aos direitos



Candido Portinari - A Justiça de Salomão

No contexto da actual crise, em que a governança da Europa é decidida no eixo franco-alemão, importa começar por recordar que a palavra greve tem origem francesa, tendo surgido junto a Paris, no final do Século XVIII. Em Portugal parece consensual que a primeira greve ocorreu na indústria, em meados do Século XIX, por iniciativa dos operários de fundição e serralharia.

Associada à greve está, muitas das vezes, a luta pelo aumento de salários ou outros benefícios, mas a recente greve geral de 24 de Novembro, a terceira da história do regime democrático convocada pelas duas centrais sindicais, teve sobretudo como pano de fundo a defesa dos direitos adquiridos pelos trabalhadores, nomeadamente pelos funcionários públicos, ao longo de muitas décadas, face à prepotência do posso, quero e mando, sozinho, assumida pelo governo.

Os acontecimentos recentes e a greve promovida pelas duas centrais sindicais do país tornaram óbvia a escolha do tema para este texto. Não se trata apenas da essencialidade do direito à greve num Estado democrático, mas igualmente do momento histórico que hoje vivemos, no qual a greve se assume como uma das formas visíveis e audíveis para que os trabalhadores exerçam o seu direito de participação social e política. Há vários anos que assistimos ao denegrir da imagem dos trabalhadores da função pública, numa tentativa de legitimação prévia das actuais investidas aos seus direitos. Vários operadores políticos e mediáticos têm procura-

do assegurar uma animosidade injustificada para com os trabalhadores do sector do Estado, perseguindo um pernicioso propósito de dividir para reinar. Não nos esqueçamos,

no entanto, que esta divisão tem um retorno, uma outra face de um plano mais vasto, o tal do “empobrecimento” daqueles que menores ou nenhuma responsabilidades têm no processo que conduziu à actual situação do país. Refiro-me à extensão da vulgarizada austeridade aos trabalhadores do sector privado, mediante as anunciadas medidas para o ano de 2012 e, arrisco eu, aquelas cujo anúncio tardio ou consumado será acompanhado do termo inevitabilidade.

Por tudo isto devo concluir que o direito à greve é hoje, mais do que nunca, vital para a sobrevivência do Estado de Direito democrático. De uma perspectiva pessoal, devo referir que os princípios basilares do Estado democrático e de Direito foram, desde o início da minha licenciatura, uma temática particularmente grata e pertinente.

O direito à greve está contido na Constituição da República Portuguesa (Capítulo III, Título II, Parte I), ou seja, estamos perante um direito fundamental. A consagração expressa e o respeito pelos direitos fundamentais constitui, a meu ver, uma das expressões máximas de um Estado de Direito democrático. Talvez por isso, o nosso legislador constituinte tenha tomado a opção sistemática de consagrar logo na Parte I da Constituição os direitos e deveres fundamentais. Esta Parte I está depois dividida em três títulos ao longo dos quais esses mesmos direitos e deveres vêm o seu conteúdo constitucional formalizado. Importante referência neste âmbito ao princípio geral contido no Artigo 17º, que determina a aplicação do regime específico dos direitos liberdades e garantias previsto no Título II aos direitos fundamentais de natureza análoga. A relevância deste regime específico reside sobretudo na aplicabilidade directa dos direitos, liberdades e garantias, o que os torna directa e imediatamente aplicáveis e eficazes por via da Constitui-

ção. Estando perante um direito fundamental, convém acrescentar que este só pode ser alvo de limitações ou restrições nos termos do Artigo 18º. Em termos sintéticos, resulta desse preceito que os direitos, liberdades e garantias constitucionais só poderão ser limitados nos casos que a Constituição expressamente preveja, sendo estes limites ou restrições orientados pelo estritamente necessário para assegurar outros preceitos constitucionais.

Significa isto que o direito à greve, como direito fundamental, só poderá ser limitado ou restringido mediante outro direito de dignidade constitucional e apenas na medida em que for absolutamente necessário. Permito-me acrescentar que estas limitações ou restrições, ainda que para assegurar outros direitos constitucionais, jamais poderão prejudicar o núcleo essencial do conteúdo do direito à greve.

Aqui chegados, importa precisar que compete aos trabalhadores, em larga medida, a definição deste conteúdo, porquanto o âmbito dos interesses a definir através da greve lhes compete, não podendo ser limitado por lei. No entanto, a lei define as condições de prestação, durante o período de duração da greve, dos serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações e dos serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis. Isto sempre sem esquecer o mencionado Artigo 18º, ou seja, o facto de estas limitações ou restrições apenas serem passíveis de existir quando estejam em causa outros preceitos constitucionais.

Na prática, a regulamentação que a lei ordinária faz sobre o direito à greve – Código do Trabalho – tem constituído uma real limitação daquele direito. A mesma crítica é de efectuar à jurisprudência no que concerne ao preenchimento dos conceitos de necessidades sociais impreteríveis e serviços mínimos indispensáveis. Estes conceitos não podem confundir-se, como têm sido nos anos mais recentes, com meros inconvenientes ou transtornos que decorram da ausência ou privação temporária e ocasional de um determinado serviço. Esta confusão esvazia o direito à greve, transformando-o numa mera aparência daquilo que é o seu conteúdo inviolável.

O conhecimento mínimo deste enquadramento será, provavelmente, a forma única de preservar e garantir um direito sem o qual não creio que possa existir um Estado verdadeiramente democrático. Num país onde, perante um ataque sem precedentes aos direitos adquiridos dos trabalhadores, se questiona o exercício do direito à greve, há que aprofundar o tema, esclarecendo e fazendo perceber o que verdadeiramente está em crise quando falamos do seu exercício. No dia em que permitirmos a desvalorização dos direitos fundamentais (ainda que envergonhada), estaremos a aceitar um retrocesso civilizacional e a comprometer o nosso património mais valioso.

Termino, por tudo isto, com um breve pensamento suscitado por aqueles que desvalorizaram a recente greve geral com o argumento de que nada mudaria no dia seguinte: a herança cultural a que me refiro, e que é também apanágio europeu, não se logrou mediante reivindicações de efeito imediato. Pelo contrário, o exercício dos direitos fundamentais pressupõe uma postura de contínua perseverança, sem que deixemos cair as reivindicações mais justas, apenas porque os decisores não podem ou querem ouvi-las. A sua importância transcende estes cenários imediatos e de mero critério de utilidade, assumindo-se, isso sim, como a continuação do que nos foi deixado e o legado que podemos ajudar a construir no presente para edificar um futuro mais justo.

José Miguel Pinho
Jurista SPN

Legislação publicada

NOVEMBRO

1ª Série

28. Resolução da A.R. 148

Recomenda ao Governo a realização de uma auditoria ao concurso de colocação de docentes da bolsa de recrutamento nº 2.

30. Lei 60-A

Procede à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, altera o Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e procede à primeira alteração do Decreto-Lei nº 137/2010, de 28 de Dezembro, que aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013.

2ª Série

10. Despacho 15.248

Designa os membros da Comissão de Regulação do Acesso a Profissões.

16. Despacho 15.548

Delega competências nos directores regionais de Educação.

18. Despacho normativo 14

Altera o despacho normativo nº 1/2005, de 5 de Janeiro.

29. Despacho 16.149

Aprova a rede de cursos do ensino português no estrangeiro para o ano lectivo de 2011-2012, reorganizando os horários dos ensinamentos Básico e Secundário.

29. Despacho normativo 15

Homologação da alteração aos Estatutos da Universidade de Lisboa.

29. Despacho 16.188/2011

Constituição da comissão de avaliação e certificação prévia à adopção dos manuais escolares da área curricular disciplinar/disciplina de Geografia do 7º ano de escolaridade do 3º Ciclo do Ensino Básico.

DEZEMBRO

2ª Série

02. Declaração de rectificação 1.847

Rectifica o Despacho Normativo nº 14/2011, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 222, de 18 de Novembro de 2011.

07. Despacho 16.568

Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

07. Despacho 16.585

Subdelegação de competências nos reitores das universidades.

07. Despacho 16.586

Subdelegação de competências nos presidentes dos institutos politécnicos e das escolas superiores politécnicas não integradas.

“Liberdade para escolher”: o irrealismo perverso do cheque-ensino

Na famosa obra de George Orwell, *Mil novecentos e oitenta e quatro*, uma das funções da novíngua consistia em dissolver o «pensamento herético» através do esquecimento ou da alteração radical do sentido das palavras e das coisas. Na Oceânia cinzenta habitada por Winston Smith, personagem central da narrativa, a responsabilidade pela condução da guerra, por exemplo, cabia ao Ministério da Paz, tal como a lei e a ordem eram asseguradas pelo Ministério do Amor.

É difícil não lembrar o romance de Orwell a propósito do regresso recente, nos tempos de crise que atravessamos, do discurso liberalizante que a fórmula «menos Estado, melhor Estado» encerra, e sob a qual se pugna por uma retracção generalizada e sistemática da esfera de governação e de provisão pública em matéria de direitos sociais.

No domínio da educação, uma das propostas assumida de forma explícita no projecto de revisão constitucional apresentado pelo PSD, e desde há muito defendida pelo CDS-Partido Popular (CDS-PP), tem um alcance aparentemente simples e sedutor junto da opinião pública: em

nome da liberdade de ensino, pais e alunos deveriam poder passar a escolher, sem restrições, a escola que os filhos desejassem frequentar. Para tal, caberia ao Estado atribuir um cheque-ensino às famílias, cujo montante seria estimado através do rácio por aluno calculado a partir da actual despesa do Ministério da Educação com as escolas do sistema público. Deste modo, os agregados familiares poderiam escolher livremente o estabelecimento de ensino pretendido no seio de uma nova rede escolar, alargada, que a proposta de revisão constitucional igualmente preconiza (e que passaria a integrar, além das públicas, as escolas particulares e cooperativas).

Esta proposta não tem, curiosamente, a mesma motivação financeira (associada à redução do défice público) que se encontra nas propostas de revisão constitucional tendentes a alterar as regras de acesso ao Sistema Nacional de Saúde (nomeadamente através do fim da sua gratuitidade, já de si tendencial, para os cidadãos com rendimentos mais elevados). Nos termos em que é apresentado, o cheque-ensino visaria apenas alargar a igualdade de oportunidades de acesso de todos os alunos às melhores escolas, nomeadamente aos estabelecimentos de ensino do sector privado. E beneficiaria, essencialmente, os estudantes mais desfavorecidos, que por essa razão não dispõem de condições económicas para estudar nos colégios privados que as elites frequentam.

Esta ideia alimenta-se, desde logo, de uma convicção que se foi instalando gradualmente na sociedade portuguesa, segundo a qual o ensino privado tem uma qualidade manifestamente superior à do ensino público. Sendo certo que há razões que tornam compreensíveis as diferenças observadas (como a tendência para que as escolas privadas sejam de menor dimensão, se organizem em turmas constituídas com um menor número de alunos e apresentem um funcionamento orgânico em regra mais consolidado), a realidade está longe de sustentar o modo categórico e abissal com que esta diferença é recorrentemente apresentada.

Mas vamos por momentos admitir que esta convicção, relativa à supremacia do ensino privado em matéria de qualidade, é verdadeira e, simultaneamente, admitir a bondade de intenções subjacente à proposta de criação do cheque-ensino. Para que a sua introdução não comporte um reforço do orçamento do Ministério da Educação, o financiamento da medida teria de ser forçosamente suportado pela redução dos actuais encargos com a rede pública de Ensino Básico e Secundário. E assim sendo, como pretendido, as escolas passariam então a ter que competir pelos alunos, de modo a ver financeiramente assegurado o seu regular funcionamento.

No âmbito do projecto de revisão constitucional, o Partido Social Democrata (PSD) propõe a substituição do actual sistema de acesso dos estudantes à rede pública por uma sedutora “liberdade de escolha” do estabelecimento de ensino (público, particular e cooperativo). Esses estabelecimentos passariam a ser financiados pelo “cheque-ensino”, previamente entregue pelo Estado aos estudantes. Mas quais as consequências da proposta para o futuro da escola pública e para a própria concepção da educação como direito e como mecanismo que favorece a redução das desigualdades socioeconómicas? O projecto neoliberal continua a disputar o Estado para destruir o Estado social.



Ana Alvim

A novíngua em educação: marginalização é liberdade

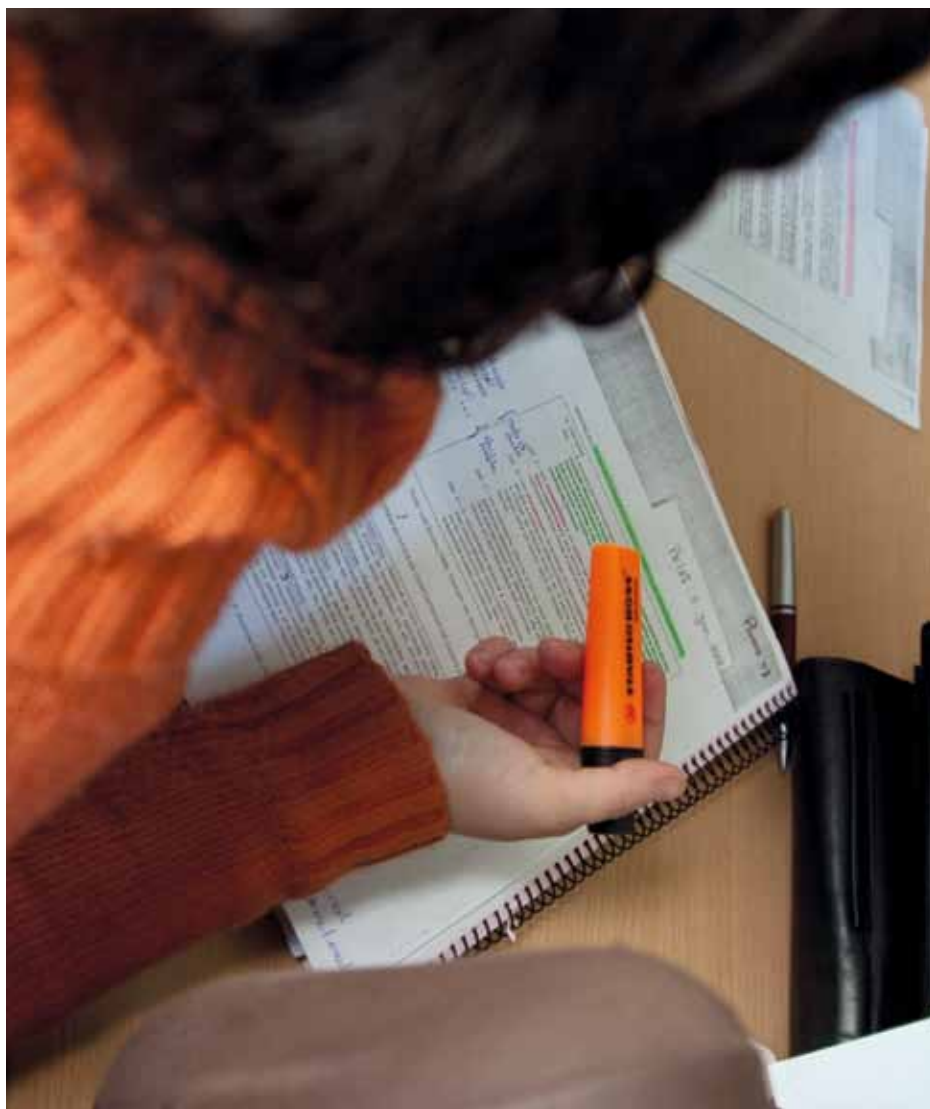
Baseando-se na delimitação geográfica das áreas de influência de cada estabelecimento de ensino, a legislação em vigor obriga de facto, tendencialmente, a que um aluno apenas se possa inscrever na escola pública da sua área de residência (ou num estabelecimento de ensino situado na proximidade do local de trabalho dos seus pais). Perante estes critérios, que habitam em plenitude um despacho nesse sentido do Ministério da Educação, mas que não têm tradução exaustiva na realidade (dado serem bem conhecidos os expedientes a que recorrem as famílias para contornar estas regras), o cheque-ensino representaria – segundo os seus proponentes – uma verdadeira revolução.

De facto, a liberdade de escolha que a medida proporcionaria é-nos apresentada de uma forma tão épica, que, por momentos, quase nos esquecemos que a vida das pessoas decorre num quadro espaço-temporal que é, por natureza, relativamente limitado. Isto é, quase nos esquecemos que as escolhas acabam sempre por estar circunscritas às fronteiras do espaço de vida quotidiano (que é físico, mas também social), tornando improvável que um aluno de Carrazeda de Ansiães possa optar por frequentar o melhor colégio de Lisboa, sem que tal implique uma necessária mudança de residência. Ou seja, o cheque-ensino pode, em teoria, ampliar as possibilidades de escolha de um estabelecimento de ensino pelos alunos e suas famílias, mas tal não significa, na prática, uma mudança tão substancial como se pretende fazer crer face ao que são as reais possibilidades e mecanismos de escolha de que os alunos, actualmente, dispõem.

A este irrealismo no modo como a proposta do cheque-ensino é apresentada junta-se um outro, que arrasta consigo a profunda perversidade da medida. De facto, é legítimo supormos que todos os estudantes, ao estarem munidos do «vale» que o Estado lhes passou a colocar nas mãos (para que supostamente exerçam em plenitude o seu direito à liberdade de escolha em matéria de educação), pretendam frequentar o melhor estabelecimento de ensino da sua área de residência. O que implica, naturalmente, que essa escola tenha de proceder a um processo de selecção dos candidatos.

Ora, não é difícil imaginar que os critérios a que presidiria a selecção dos alunos seriam os critérios capazes de assegurar o objectivo de manutenção dessa mesma escola na posição favorável que detém nos *rankings* (sistemas de classificação) de resultados escolares – que são uma espécie de agências de *rating* (notação) para a educação –, de modo a que não se alterasse o seu potencial de atracção junto dos potenciais alunos, num quadro reforçado de competição entre todos os estabelecimentos de ensino.

Ou seja, as escolas passariam a escolher os alunos que pudessem manter a sua reputação num nível elevado, de excelência, o que significa que seriam prioritariamente cooptados os estudantes mais promissores, isto é, aqueles que exibem melhores resultados escolares em anos precedentes.



Ana Alvim

Esta «selecção natural», feita pelas escolas (e não pelos alunos), seria ainda mais expressiva nos estabelecimentos de ensino privado, designadamente nos mais conceituados, pois a probabilidade de os pais dos estudantes que hoje os frequentam não pretenderem assistir à sua invasão, por alunos provenientes de «castas inferiores», seria significativa. Sem surpresa, surgiriam muito provavelmente pressões sobre a direcção destas escolas para que não fossem aceites alunos com

trajectórias escolares menos exuberantes ou, em alternativa, assistir-se-ia a uma tendência para a saída dos melhores alunos para outros estabelecimentos de ensino, caucionando assim a boa posição da escola no *ranking* de resultados. Ironia das ironias, o cheque-ensino propiciaria deste modo a materialização efectiva dos argumentos de Milton Friedman acerca da desigualdade de poder de influência social sobre os sistemas de educação.

O objectivo inconfessado dos partidos da direita, que a proposta do cheque-ensino desvela, parece pois ser outro e inscreve-se na agenda ideológica de retracção do Estado, dos serviços públicos e dos direitos sociais. Trata-se, essencialmente, de assegurar a transferência de recursos do sistema público de educação para o ensino privado, custeando os percursos escolares de estudantes da classe alta e média-alta e não – como prometido – de beneficiar os alunos de classes sociais menos favorecidas, que continuariam a ver negado o acesso (ainda que, em princípio, já não por razões económicas) aos reputados estabelecimentos de ensino do sector privado. Mas, mais grave do que isso, o próprio sistema público, cujo princípio de organização por áreas de influência geográfica das escolas tem permitido uma razoável convivência de alunos com diferentes origens económicas e sociais, ver-se-ia depauperado nos seus recursos (com impactos na qualidade de ensino) e submetido a uma lógica competitiva que é contrária à educação como direito e condição de cidadania

Nota: Texto originariamente publicado no *Le Monde Diplomatique* n.º 48, de Outubro/2010 (edição portuguesa)

Nuno Serra
Geógrafo

agenda sindical

DEZEMBRO

12/17. Semana de protesto e acção, CGTP-IN (vários locais)

12. Reunião Nacional de Dirigentes do 1ºCEB, Fenprof (Lisboa)

10. Manifestação Nacional da Inter-Reformados, CGTP-IN (Lisboa)

07. Encontro/Debate "Em nome da Escola Pública", com Manuela Mendonça (Hotel Tuela, Porto)

06. Reunião extraordinária da Comissão Executiva do SPN, Porto

05. Lançamento de abaixo-assinado sobre reorganização curricular SPN/Fenprof

05. Reunião de dirigentes e juristas que acompanham as questões relativas ao Ensino Superior e Investigação

03. Assembleia-Geral da CNAsti (Braga)

NOVEMBRO

30. Concentração de trabalhadores e activistas sindicais frente à Assembleia da República, contra o Orçamento do Estado para 2012, CGTP-IN (Lisboa)

29. Reunião da Comissão Executiva do SPN, Porto

28 e 30. Plenário Nacional Descentralizado de Docentes Aposentados, SPN/Fenprof

26. Comemorações do 29º aniversário do SPN, Bragança

24. Greve Geral e concentrações de trabalhadores em várias localidades

22. Reunião MEC/Fenprof, com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, Lisboa

18. Jantar comemorativo do 29º Aniversário do SPN, Porto

18. Lançamento do CD "Triângulo do Atlântico – Amor em Adjectivo", referente ao espectáculo do 7º Congresso dos Professores do Norte, Porto

17. Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa

15. Reunião da Direcção Distrital do SPN/Porto, Porto

12. Manifestação da Administração Pública, Lisboa

08. Reunião da Comissão Executiva do SPN, Porto

07. Reunião com MEC/Fenprof, Lisboa

07. Reunião dos gabinetes jurídicos e de apoio a sócios da Fenprof, Lisboa

04-05. 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação, Fenprof (Lisboa)

04. Plenário distrital de dirigentes, delegados e activistas sindicais, USP (Porto)

03. Encontro sobre Estado, Administração Pública e Direitos Sociais, CGTP-IN (Lisboa)

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DE SÓCIOS DO SPN

15.12.2011 - 16h30

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia-Geral Ordinária de Sócios, descentralizada, para o dia 15 de Dezembro de 2011, às 16h30, a realizar na sede do Sindicato, no Porto, e nas delegações, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento do SPN para 2012

2. Análise da situação político-sindical

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde com qualquer número de presenças.

Porto, 23 de Novembro de 2011

A presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Ana Maria Brito Jorge



Férias desportivas em Guimarães

Continuar a tentar pensar

De 19 a 23 e de 26 a 30 de Dezembro, Guimarães vai ter *Férias Desportivas de Natal* destinadas a crianças dos 6 aos 14 anos. O programa inclui actividades desportivas como futsal, basquetebol, voleibol, andebol, badminton, gira-vólei, jogos tradicionais, natação, atletismo, dança e bowling, bem como actividades pedagógicas/culturais: karaoke, informática, filmes e pintura, entre outras. As actividades decorrerão as 9h e as 18h e terão o Multiusos como local de concentração. O transporte para os diferentes locais de realização das actividades está a cargo da organização (Tempo Livre), que também pode disponibilizar transporte de casa dos participantes para o local de concentração, e vice-versa, mediante o pagamento de uma taxa suplementar, variável de acordo com as distâncias a percorrer. Mais informações podem ser obtidas directamente no Multiusos, por mail: geral@tempolive.pt ou através do telefone: 253 520 300.

“Pensar a sociedade no que deverá ser a sua organização e o seu desenvolvimento, é urgente. Num momento de viragem, em que se anunciam reestruturações radicais da organização do país, importa olhar para trás e ver o caminho que percorremos para chegar onde estamos”. *Continuar a tentar pensar*, livro organizado por assuntos, com prefácios temáticos de Maria José Casanova, Ana Benavente, João Rodrigues e André Freire, reúne crónicas de opinião de São José Almeida, jornalista atenta, reflexiva e desassombrada, editadas no Público ao longo da última década, mostrando algumas das estradas que fomos seguindo e como a autora, à época, se interrogava sobre elas. São crónicas que nos desafiam a pensar o mundo em que vivemos e o futuro que queremos.

Continuar a tentar pensar

São José Almeida,
Sextante Editora, 2011

outras

FORÇAS que contam

Não é todos os dias que alguém do Sindicato dos Professores do Norte é premiado a nível internacional. Aconteceu em Novembro, com o Cebaldo – e já não foi a primeira vez...

Cebaldo de León Inawinapi é funcionário do SPN na delegação de S. João da Madeira, desde os anos 80. Cebaldo é...

Agora que tento explicar quem ele é, dou comigo a pensar como é que este *kuna* veio cá parar... Adiante, que o tempo urge. E que importa o “como”, se o importante é que veio, e está connosco.

Cebaldo, ia a dizer, é panamiano. É licenciado em História e Ciências Sociais, mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável e assistente de investigação no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (UTAD/Chaves), onde desenvolve e participa em diferentes projectos no domínio da Antropologia e, mais especificamente, dos estudos inter-étnicos e comunitários.

Um desses estudos, realizado em parceria com investigadores de Barcelona e do Panamá, numa equipa dirigida por Xerardo Pereiro (UTAD), acaba de ser distinguido pela Universidade das Ilhas Baleares com o VIII Prémio Internacional de Investigação Turística Gabriel Escarrer. Mas antes, já Cebaldo e Pereiro tinham sido premiados pela National Geographic Society e pela Feira Internacional de Turismo de Espanha por investigações relacionadas com Kuna Yala (região indígena autónoma do Panamá).

O trabalho agora distinguido – “Los Turistores Kunas” (gestores de turismo *kunas*) – analisou o desenvolvimento turístico na região, controlado pelos próprios *kunas*, numa estratégia de afirmação identitária. O estudo mostra que os *kunas* estão a converter-se em “turistores”, adaptando os seus espaços e tempos ao movimento de viajantes, mas controlando a todo o momento os seus recursos naturais, culturais e políticos. Para os autores, o turismo *kuna* é um caso singular de autocontrolo turístico, sustentando a ideia de que outro turismo é possível – o turismo durável e responsável.

Lembro-me agora que o Cebaldo é também um excelente contador de histórias – deliciosa a que partilhou no SPN-Informação de Outubro de 2005, *Un blues entre dos oscuridades* – e que é um prejuízo para todos não podermos ler mais das suas crónicas. “Estaciones del alma, experiencias de vida, historias que me contaron mis mayores, noticias que el viento amigo me trae, instrumentos de melancolías, que yo traficante y contrabandista de todo eso lo recuento y lo transmito”.

Pois bem, a força do SPN também se faz, e muito, com o labor e o sentir desta massa de gente – muitas vezes anónima aos olhos de quem entra na sede e nas delegações do sindicato. Por isso, aproveitando as luzes que agora se acenderam sobre o Cebaldo, aqui fica um agradecimento extensivo a todos os funcionários e colaboradores do SPN.

Sem eles, o SPN continuaria a ser “uma força que conta” – mas certamente não seria a mesma coisa...



D.R.

António Baldaia



nesta edição

- a abrir
02. **Kyrie**
- editorial
03. **Nunca menos!**
- acção sindical
04. **Manifestação da Administração Pública**
05. **A luta não se esgotou na greve geral**
06. **Não ao regresso ao trabalho forçado!**
08. **De Portugal à Galiza, ao País Basco e... ao País de Gales!**
09. **SPN recebeu sindicato de Benguela | Professores Aposentados**
- internacional
10. **Galiza: un curso escolar marcado polos recortes e pola forte resposta do profesorado**
12. **Educação pública em debate na Argentina**
- nacional
15. **CGTP realiza congresso em Janeiro**
- spn 30 anos
16. **Quando e como nasceu o Sindicato dos Professores do Norte**
- distritais spn
18. **Direcção Distrital de Braga**
- correio dos leitores
21. **Catarse**
- contencioso
24. **Direito aos direitos**
25. **Legislação publicada**
- vemos, ouvimos e lemos
26. **“Liberdade para escolher”: o irrealismo perverso do cheque-ensino**
- agenda sindical
29. **Agenda sindical Novembro/Dezembro | Convocatória Assembleia-Geral**
- apostas spn
30. **Férias Desportivas em Guimarães | Continuar a tentar pensar**
- a fechar
31. **Outras forças que contam**



***A SPN-Informação e a
Direcção do Sindicato dos Professores do Norte
desejam BOAS FESTAS
a todos os educadores e professores.***

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTORA MANUELA MENDONÇA

Ano XXVI · II Série · N.º 50
Dezembro 2011 · 2 euros
spninfo@spn.pt